



05/18

**CONTRATO DE "FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO".**

No dia 23, do mês de Abril, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICÍPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo seu **Presidente da Câmara, Fernando Eirão Queiroga**,

**SEGUNDO:**

**Curião, Materiais de Construção, Lda.**, com sede em Rua do Cemitério, n.º 7, Boticas, freguesia de Boticas e Granja, concelho de Boticas, 5460-301 Boticas, endereço electrónico *geral@curiao.com*, telefone n.º 276418141 e fax n.º 276418142, NIF e matrícula 501 916 024 – Conservatória do Registo Comercial de Boticas, neste acto legalmente representada pelo seu gerente, com poderes para o acto, **José Curião Alves Teixeira**,

qualidade e poderes que verifiquei pela certidão permanente conforme consulta efectuada no sítio da internet "<https://portaldaempresa.pt>".

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste acto, por conhecimento pessoal e a identidade do representante do segundo outorgante através do seu bilhete de identidade.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

## **Cláusula 1ª**

### **Objecto**

O presente contrato tem por objecto o **"Fornecimento Contínuo de Materiais de Construção"** até ao valor global de **Cento e catorze mil, novecentos e três euros e vinte cêntimos (114.903,20€)** e que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedido de concurso público e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Boticas de 5 de Abril de 2018, em conformidade com as especificações técnicas descritas no Caderno de Encargos, devidamente aprovadas por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 7 de Março de 2018 e nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.

## **Cláusula 2ª**

### **Início e duração do contrato**

O presente contrato terá início após a sua assinatura e vigorará até 31 de Dezembro de 2018, nos termos da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.

## **Cláusula 3ª**

### **Pagamentos**

1 – Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação das respetivas faturas, nos termos da cláusula 12.ª do Caderno de Encargos.

## **Cláusula 4ª**

### **Obrigações do segundo contratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, constitui obrigação do segundo contratante a entrega dos bens identificados na sua proposta nos termos das condições especificadas no Caderno de Encargos.



**Cláusula 5ª**

**Dever de sigilo**

- 1 - O segundo contratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro contratante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo segundo contratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do presente contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 6ª**

**Penalidades**

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente contrato, o primeiro contratante pode aplicar ao segundo contratante o regime de penalidades previsto no n.º 1, da cláusula 13.ª do Caderno de Encargos e ainda nos termos dos pontos seguintes.
- 2 - Em caso de resolução do presente contrato por incumprimento do segundo contratante, o primeiro contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária cujo valor acumulado não pode exercer 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no nº3 do artigo 329º, do CCP.

3 - O primeiro contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o primeiro contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do segundo contratante e as consequências do incumprimento.

### **Cláusula 7ª**

#### **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao segundo contratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do presente contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do segundo contratante, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do segundo contratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo segundo contratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo segundo contratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do segundo contratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do segundo contratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consustanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Resolução por parte do primeiro contratante**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Boticas poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se os bens fornecidos não corresponderem às características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos e/ou legislação em vigor;
- b) Quando a demora da entrega dos bens, em mais de 5 fornecimentos, exceder em 2 dias úteis o prazo fixado no contrato;
- c) Quando a demora na entrega dos bens, após eventual rejeição nos termos fixados na cláusula 8.ª do Caderno de Encargos (Verificação da qualidade dos bens), exceder em 5 (cinco) dias a data da notificação;
- d) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado na cláusula 7.ª do Caderno de Encargos (Entrega dos bens objeto do contrato);
- e) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.

### **Cláusula 9ª**

#### **Dotação Orçamental**

A execução do fornecimento consta do Plano de Actividades Municipais/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano e seguintes, tendo o encargo resultante deste contrato enquadramento na rubrica com as seguintes classificações: Orgânica/Económica: 0300/02010299; 0300/07010307; 0300/07030302; 0300/07030307 e 0300/07030313; Acção PAM: 06A009 e Acções PPI: 06P015; 04P001; 02P077 e 03P112, a que corresponde o Compromisso n.º 546.

### **Cláusula 10ª**

#### **Gestor do Contrato**

As funções de gestor do contrato previstas no artigo 290º-A do CCP, competem ao eng.º Óscar Alexandre Gonzalez dos Santos Lucas, Chefe da Divisão de Gestão e Administração do Território da Câmara Municipal de Boticas.

### **Cláusula 11ª**

#### **Foro competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo.

### **Cláusula 12ª**

#### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de Agosto e demais legislação aplicável.

**Cláusula 13ª**

**Prevalência**

1 - Consideram-se como condições a observar no fornecimento, as expressas no contrato, no caderno de encargos e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP.

**Cláusula 14ª**

**Disposições finais**

1 - Os pagamentos a efectuar ao abrigo do presente contrato serão efectivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 - O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Boticas de 7 de Março de 2018.

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 5 de Abril 2018, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.

Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

1 - Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 13 de Abril de 2018 e comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

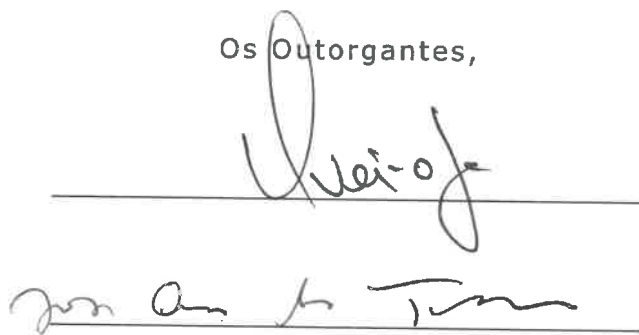
2 - Certidão (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 13 de Abril de 2018 e comprovativa da firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;

3 - Certificados de Registo Criminal dos gerentes da firma;

4 - Declaração nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.

Os Outorgantes,



The image shows two handwritten signatures in black ink. The first signature is written over a horizontal line and appears to be 'V. V. V. V.'. The second signature is written below the first, also over a horizontal line, and appears to be 'J. A. T. T. T. T.'.

O Oficial Público,



The image shows a handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature appears to be 'J. A. T. T. T. T.'.

- Contrato registado sob o nº 05/18.